ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

2 Trimestre 2025 – 13/08/2025.

Aos 13 dias do mês de agosto de 2025, às 18h00, reuniram-se, na Sala de Reunião da Diretoria, os membros do Conselho Fiscal para deliberarem sobre a seguinte pauta: **1. Parecer da auditoria balanço 2024; 2. Orçamento para 2026; 3. Convocação de reunião com o Conselho Deliberativo e 4. Relatório Econômico-Financeiro,** o livro Diário e Razão — Exercício Fiscal do Ano de 2025— 2º Trimestre: abril/maio/junho — Exercício Social de janeiro a dezembro/2025. Participaram os seguintes conselheiros: Antônio Luiz Canella, Anilton Aurino Lapa, Donato Moro, Edison Miguel de Souza,e Manoel Vilsonei Menegali. Justificou ausência o seguinte conselheiro: Joelio Marcelino, Wagner Ronchi e Jorge Cechella. A reunião foi presidida Conselheiro, Donato Moro e secretariada pelo Conselheiro Manoel Vilsonei Menegali. Em seguida o solicitou ao secretário Manoel Vilsonei Menegali a leitura da ata da reunião do dia 14/05/2025 que após lida foi aprovada pelos presentes. O Presidente iniciou com a leitura do parecer da auditoria - reificado.

Pauta 01 - 1. Parecer da auditoria balanço 2024

Foi apresentada, discutida e registrada a análise do balanço patrimonial e da demonstração de resultado (DR) com base na auditoria independente executada por Miller & Young (Muller Eyng Auditores Independentes S/S), referente ao balanço encerrado em 31/12/2024. A auditoria identificou divergências materiais que afetam a fidedignidade das demonstrações contábeis originalmente apresentadas.

a) Balanço Patrimonial e DR – Achados e Ajustes.

O balanço de 31/12/2024: submetido à auditoria independente (Miller & Young / Muller Eyng Auditores Independentes S/S), encontrou as divergências materiais identificadas:

- Ativo contábil originalmente informado de R$ 19.515.805, ajustado para R$ 18.352.412,49.
- Distorções relevantes em "contas a receber de sócios" e em ativos do imobilizado e intangível.
- Passivo recalculado para R$ 18.352.412, em linha com o princípio da equivalência patrimonial em relação ao ativo ajustado.
- Patrimônio líquido: declarado de R$ 12.603.688 versus recalculado de R$ 11.498.163,22.
- Resultado patrimonial: superávit declarado de R$ 1.653.761 convertido em déficit de R$ 520.917,19 após ajustes.
- DR: superávit declarado de R$ 584.406 ajustado para déficit de R$ 520.917,19.
- Nota técnica: os cálculos resultam de divergências entre valores contábeis e valores auditados, incluindo efeitos de exercícios anteriores.

Ficou consignado que tais ajustes impactam diretamente a avaliação da posição patrimonial e do desempenho do exercício, demandando correções imediatas nos registros e a adoção de controles para prevenir recorrências.

b) Principais Falhas e Recomendações da Auditoria

A auditoria elencou falhas estruturais de processo e controle, com recomendações para correção imediata:

- Sistema operacional sem emissão de relatórios confiáveis na data-base, prejudicando conciliações e fechamento.
- Inexistência de circularização bancária e de fornecedores nas datas de referência.
- Controle patrimonial deficiente, sem inventário atualizado do imobilizado.
- Reconhecimento inadequado de créditos tributários (critérios e documentação insuficientes).
- Provisões trabalhistas com erros de cálculo e premissas.
- Reincidência de falhas apontadas em auditorias anteriores.

c) Recomendações emergenciais:

- Revisar procedimentos contábeis e implementar controles internos eficazes (segregação de funções, conciliações periódicas, trilhas de auditoria).

- Atualizar o sistema operacional e realizar ajustes patrimoniais decorrentes dos achados.
- Documentar direitos creditórios para adequada contabilização, com dossiês de suporte auditável.

d) Estratégia de Parecer do Conselho Fiscal

- A carta especial de controles internos (retificada) servirá como base técnica, sem prejuízo do parecer final do Conselho Fiscal.
- O parecer do Conselho deverá ser sintético e objetivo, visando leitura integral pelo secretário e membros do Conselho.
- No relatório trimestral, será inserido o reconhecimento explícito das inconsistências apontadas pela auditoria e das medidas corretivas em curso.
- Fica agendada a elaboração de parecer adicional específico após o recebimento da carta final de auditoria.
- Reafirma-se a necessidade de reforçar a credibilidade e a urgência na adoção das medidas corretivas.

Ficou consignado que as medidas acima têm caráter prioritário, visando a restauração da fidedignidade das demonstrações e o fortalecimento da governança, com reporte contínuo ao Conselho sobre a execução e resultados.

Pauta 02 -Orçamentário 2026

O orçamento anual deverá ser preparado até outubro e submetido à aprovação em dezembro, antecedendo as demais pautas. O primeiro item das reuniões do Conselho Deliberativo será a análise e aprovação orçamentária, evitando atrasos nas decisões seguintes. Deverá ser instituída verificação permanente do realizado versus orçado, com reporte periódico ao Conselho. Propor um workshop sobre transparência financeira e responsabilidades do conselheiro, com foco em controles internos e leitura crítica de demonstrações.

Pauta 03 - Convocação de Reunião com o Conselho Deliberativo

- Data sugerida: dia 20/08/2025 (quarta-feira), com abertura de pauta por orçamento e auditoria.
- Convidados: presidente do Conselho Deliberativo, diretor executivo (presidente do clube), tesoureiro (Vice financeiro) e membros do Conselho Fiscal interessados.
- Objetivos: apresentação dos resultados da auditoria, exposição das recomendações do Conselho Fiscal e obtenção de compromissos formais de correção e aprimoramento de controles e elaboração do orçamento 2026.
- Determina-se o envio prévio de resumo executivo, a fim de não surpreender os participantes e permitir debate qualificado.

Pauta 04**. Relatório Econômico-Financeiro segundo trimestre de 2025**

Na sequência, o Presidente cedeu a palavra aos Conselheiros, incumbidos da apresentação das análises detalhadas referentes ao segundo trimestre de 2025. A discussão subsequente, que contou com a participação ativa dos conselheiros, revelou uma série de desafios e pontos críticos na execução orçamentária e na transparência dos dados financeiros do período de abril a junho. O Conselheiro Anilton destacou que as despesas do mês de abril dos valores decorrentes das atividades normais do Clube. Embora que algumas chama atenção – Custos do CBC, valores dos advogados contratados. A análise do mês de maio, realizada pelo Conselheiro Antônio, revela uma gestão financeira equilibrada até junho de 2025, com Certidões Negativas de Débitos positivas e superávit orçamentário, onde a receita acumulada de R$ 10.414 mil e a despesa de R$ 9.951 mil (51% e 54% do orçado, respectivamente) são absorvíveis pelo valor acumulado das receitas. Os índices de liquidez corrente (1,47) e seca (1,41) são robustos, com baixo endividamento geral (0,16), e o resultado fiscal é positivo na maioria dos meses, apesar do impacto do projeto CBC. O relatório de pagamentos de maio de 2025 detalha gastos como R$ 400,00 para cartões ACIC, R$ 4.490,00 de reembolso de manutenção de golfe, R$ 12.800,00 em instalações de golfe, R$ 62.000,00 para automação do ginásio, R$ 7.177,50

para o Beach Tênis e R$ 14.475,00 de contribuição ao CBC, levantando preocupações sobre futuras fontes de recursos, além de R$ 29.400,00 para limpeza do complexo aquático. O balancete de maio de 2025 confirma o equilíbrio. O conselheiro Edison destacou os gastos de mês de junho, onde as despesas de viagens no valor R$ 59.732,52 e as despesas com o Baile do Colibri no valor R$ 59.603,00 que está dentro da normalidade. Os conselheiros também destacaram que orçamento de investimento: a conta Tênis/Beach Tennis, orçada para 2025 o valor R$ 180.000,00, já gastou R$ 209.836,61, representando 116,58% do orçado. O orçamento deve ser retificado até o final do ano de 2025 e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Após as análises e as **recomendações mencionadas**, o Conselho Fiscal entende que os relatórios supracitados, correspondentes ao Exercício Fiscal do Ano de 2025, 2° Trimestre – (abril/maio/junho) e Exercício Social de janeiro/2025 a dezembro/2025 - podem ser **aprovados**.

Criciúma, SC, 13 de agosto de 2025.

Donato Moro – *Presidente Interino*

Manoel Vilsonei Menegali – Secretário